



RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2012, no contexto da atual gestão, foi singular e de risco para o projeto de recuperação do Fluminense, por causa das penhoras determinadas pela Justiça Federal na fonte Globo, que é a mais representativa fonte na composição das receitas do Clube. As penhoras foram requeridas pela Receita Federal para alcançar os tributos IRRF e INSS não recolhidos no período de 2007 a 2010, que somam R\$ 31.440.152,00 (Trinta e um milhões, quatrocentos e quarenta mil, cento e cinquenta e dois reais). Apesar de não surpreender o Fluminense, que mantém sob forte vigilância as suas contas e compromissos, o fato chegou antes do esperado e abalou o sistema de contas a pagar, por causa do desequilíbrio crônico e histórico do seu passivo. E, registre-se que os impostos objetos da penhora, por lei, não podem ser parcelados via processo administrativo. Não seria possível, portanto, antes da fase da penhora, propor à Justiça Federal, um modelo de pagamento semelhante ao que fez o Fluminense em 2011, para o seu passivo trabalhista. Diante das penhoras, que aconteceram em momento inesperado, alternativa não teve o Fluminense a não ser mudar repentinamente, o curso do seu planejamento financeiro, para realinhar com rapidez o fluxo de caixa. A mudança, apesar de ser uma decisão compulsória e de emergência, não poderia dispensar a boa técnica com avaliação correta dos riscos para todo o projeto de recuperação do Clube iniciado em dezembro de 2010. A boa técnica de gestão financeira para crises momentâneas em fluxos de caixa nos permitiu encerrar o ano sem descumprir o orçamento fixado pelo Conselho Deliberativo, com os salários em dia e pagamento regular de todos os compromissos financeiros do Fluminense, em especial, do IRRF, INSS, ATO TRABALHISTA, outros tributos e parcelamento do FGTS (não recolhido há décadas e apartado da TIMEMANIA, em 2009). Em 2012, o Fluminense recolheu R\$ 12.803.958,05 a título de impostos (IRRF, INSS, FGTS, PIS, COFINS, ISS, PIS/COFINS/CSLL,RET). Em 2011, R\$ 11.015.781,03. Somando-se os valores chega-se ao valor total de R\$ 23.819.739,03, que representa quase 14 vezes o valor total de impostos pagos nos dois anos anteriores, 2009 e 2010 (R\$ 1.819.407,58). Para cumprir com o ATO TRABALHISTA, o Fluminense depositou na Justiça do Trabalho, no ano de 2012, o valor de R\$ 11.260.304,36. Para saber quanto, efetivamente, o Fluminense apartou do seu fluxo de caixa em 2012, para redução dos seus passivos trabalhista e fiscal, é preciso considerar o valor efetivamente penhorado: R\$ 8.262.433,68; valor referente, portanto, aos impostos não recolhidos no período de 2007 a 2010. Temos, então, que só em 2012, o Fluminense pagou do seu passivo trabalhista e fiscal o valor total de **R\$ 32.326.696,09**, distribuídos do seguinte modo: a) R\$ 12.803.958,05 de impostos e FGTS. b) R\$ 11.260.304,36 de ATO TRABALHISTA. c) R\$ 8.262.433,68 penhorados, à disposição da Receita Federal. O impacto da penhora abriu a necessidade de acelerar a reestruturação do Departamento Financeiro, que deixou de ser mera tesouraria, departamento que paga e recebe, para ser o órgão centralizador de todo o sistema de compras e estoques, crítica dos contratos pelo viés dos riscos e potencial de receita. Ele recebeu a atribuição adicional, não menos importante, de negociar o passivo e renegociar as obrigações contratuais do Fluminense com o objetivo de estender os prazos de pagamento. O Departamento de Contabilidade e Custos reformado, passou a ser, em conjunto com o Departamento Financeiro, o instrumento básico de controle das despesas e vigilância das receitas. Ao lado disso, era preciso deixar para épocas mais calmas, as situações que pudessem esperar e atirar-se com ímpeto na direção das medidas que possam produzir novos recursos com rapidez. Por isso, o Departamento de Recursos Humanos perdeu tamanho, para ser incorporado

ao Departamento de Contabilidade e Custos, que ficará mais atento às movimentações, que possam gerar novas despesas com pessoal. Deu-se prioridade aos investimentos determinados pelo Presidente e presentes no Orçamento Anual, medida essencial à preservação do que se conquistou em 2011 de capacidade de investimento e gestão. Assim sendo, o esforço de readaptação, além de tomar o cuidado de cumprir os compromissos financeiros, conservou as decisões do Presidente do Fluminense de: a) Manter o Clube em funcionamento, sem perder qualidade no atendimento ao sócio e ao torcedor do time. b) Investir com prioridade na recuperação do futebol de base, única possibilidade apresentada hoje ao Fluminense para ser menos dependente das receitas de terceiros. c) Reformar o Parque Aquático, para não permitir que o local, pela deterioração já em elevado grau, representasse significativa perda patrimonial para o Fluminense. d) Construir as condições técnicas e instrumentos de trabalho essenciais à criação da nova categoria de sócio, o sócio futebol, elemento que, em pouco tempo, terá peso representativo na composição das receitas do Fluminense, diretamente, como contribuição mensal e, indiretamente, como força de consumo dos produtos com a marca Fluminense. e) Preservar a competitividade do time de futebol profissional. Contudo, as medidas de gestão financeira e administrativa não dispensavam as providências no campo jurídico. Era preciso, depois das penhoras, perseguir o inédito para os tributos federais de parcelamento não autorizado: conquistar um parcelamento judicial, a exemplo do que se fez, em 2011, para o passivo trabalhista. O Fluminense, então, abriu discussão sobre as penhoras, primeiro com a Procuradoria da Receita Federal, numa prévia de acordo de parcelamento que poderia, em seguida, ser decidido pela Justiça Federal. Depois de muitas rodadas de reuniões entre os Procuradores, o Presidente e os advogados do Fluminense, a Procuradoria rejeitou a possibilidade de acordo. O Fluminense partiu para a discussão judicial, para provar que a austeridade na gestão dos seus recursos financeiros permitiria, sim, o pagamento integral dos tributos não recolhidos, se lhe fosse assegurada a oportunidade de não interromper o processo de recuperação administrativa e financeira iniciado no final de 2010. A decisão em segunda instância, abaixo transcrita em parte, demonstra que, apesar das resistências da Procuradoria da Fazenda, o Fluminense obteve vitória de relevo, ainda não plenamente efetivada, mas, sem dúvidas, indicativa da escolha do caminho certo, tanto na gestão da crise, como na busca do socorro judicial. afirmou a Desembargadora: **“Neste AGRAVO DE INSTRUMENTO, FLUMINENSE FOOTBALL CLUB não se conforma com a decisão proferida no curso do executivo fiscal 2012.51.01.031986-4, estampada às fls. 371, que determinou a penhora dos valores devidos ao clube pela GLOBOSAT em virtude do “Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão em Televisão por Assinatura dos Sons e Imagens do Campeonato Brasileiro de Futebol Temporadas 2012, 2013, 2014 e 2015 – Série A – e Outras Avenças” atinentes à temporada de 2012, no montante de R\$ 3.120.948,37 (três milhões, cento e vinte mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), sendo tal valor o total devido atualizado. Em suas razões de recurso, o Fluminense propugna pela reforma da decisão crítica, com a liberação ou redução dos valores indisponíveis para 1% sobre o aludido contrato, mais 1% da receita bruta de outro contrato, a saber, “Contrato de Cessão de Direitos de Captação, Fixação, Exibição e Transmissão em Televisão Via Sistema Pay Per View, do Campeonato Brasileiro de Futebol – Temporadas de 2012, 2013,**

2014 e 2015 – Série A – e Outras Avenças”, firmado com a GLOBOSAT e a GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES [...]. [...] O Fluminense demonstrou, nesta estreita via do agravo de instrumento, dois aspectos que merecem relevo. O primeiro é a sua intenção de honrar suas dívidas fiscais, o que fica patente de toda a sua argumentação. O segundo dado é que juntou aos autos prova documental bastante para comprovar que tem contratos firmados, arrecadação e faturamento (fls. 15 a 17), justificando força econômica para saldar todas as suas pendências para com o Fisco. Seu débito total se resume atualmente a sete execuções fiscais, “consolidada” a dívida total em mais de 31 milhões de reais. Diante desse panorama, nítido que o Fluminense está em momento de pujança em suas atividades desportivas, campeão Brasileiro de 2012, participando automaticamente da Copa Libertadores da América 2013 – o que significa mais receita para o clube –, mantendo seu treinador e time base com contratos renovados, bem como deixando até de aceitar novos sócios pelo tamanho número recorde de novas inscrições de torcedores feita pela internet, enfim, vem honrando todos os seus compromissos correntes e amortecendo as dívidas trabalhistas e civis. Agora, deve iniciar, sem mais tardar, o pagamento ao Fisco Federal. Assim, dos valores penhorados, em torno de três milhões, defiro em parte a antecipa-ção dos efeitos da tutela recursal vindicada e determino a manutenção da penhora tão-somente com relação a R\$ 1.127.083,50 (um milhão, cento e vinte e sete mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos), como primeira parcela de outras 36 (trinta e seis), devendo nos dias 3 do calendário, a contar de janeiro de 2013, depositar no juízo originário as parcelas restantes de R\$ 1.127.083,50 (um milhão, cento e vinte e sete mil, oitenta e três reais e cinquenta centavos), até a quitação geral da dívida dos executivos fiscais em análise.” Por fim, o Balanço Contábil de 2012 apresenta resultados, que indicam o acerto das medi-das. O déficit de R\$ 34.135.000,00 de 2011 ficou reduzido a R\$ 3.716.000,00 em 2012. As receitas líquidas saíram de R\$ 77.382.000,00 em 2011, para R\$ 144.029.000,00 em 2012. O Passivo, Circulante e Não Circulante, está impactado pelo reconhecimento do contrato Globo no total de R\$ 47.415.000,00 (Circulante) e R\$ 277.292.000,00 (Não Circulante), referente ao período 2013 a 2018. É bom deixar claro, de pronto, que o valor não se refere a antecipações. Portanto, o Fluminense não terá que devolvê-lo nem abatê-lo dos créditos que terá no futuro. No mais, aproveitamos a oportunidade para dizer que o ano de 2013 será, ainda, um período de muita dificuldade financeira a exigir vigilância absoluta sobre as contas e projetos do Fluminense, mas poderá ser o momento de solução definitiva da dívida ainda não administrável, aquela que coloca um risco o planejamento de médio e longo prazo. Vencida a questão criada pelos impostos não recolhidos nos anos de 2007 a 2010, todo o passivo do Fluminense estará alinhado com o seu fluxo de caixa presente e futuro, situação que melhora consideravelmente a nossa capacidade gerencial.

Cordialmente,

Peter Eduardo Siemsen – Presidente
Fluminense Football Club

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota			
	Explicativa	2012	2011	
CIRCULANTE		82.555	17.523	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4	4.625	805	
Contas a Receber.....	5	76.362	13.990	
Adiantamentos a Terceiros.....		189	232	
Almoxarifado.....		155	693	
Despesas a Apropriar.....		1.224	1.803	
NÃO CIRCULANTE		611.506	343.529	
Contas a Receber.....	5	241.427	-	
Depósitos Judiciais.....		6.083	5.773	
Contribuição Social a Recuperar.....		2.197		
Investimentos.....		-	50	
Imobilizado.....	6	325.386	325.643	
Intangível.....	6	36.413	9.864	
TOTAL DO ATIVO		694.061	361.052	

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de Reais)

	Fundo Patrimo- nial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits acumulados	TOTAL
Saldo em 31/12/2010	(293.581)	300.354	(41.980)	(35.208)
Transferência Déficit.....	(41.980)		41.980	
Realização do Custo Atribuído.....	2.065	(2.065)		1
Déficit no Exercício.....			(34.135)	(34.135)
Saldo em 31/12/2011	(333.496)	298.289	(34.135)	(69.342)
Transferência Déficit.....	(34.135)		34.135	-
Realização do Custo Atribuído.....	2.067	(2.067)		
Déficit no Exercício.....			(3.716)	(3.716)
Saldo em 31/12/2011	(365.564)	296.222	(3.716)	(73.058)

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais).

1. INFORMAÇÕES GERAIS – Fluminense Football Club, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo a prática social, cultural, cívico, recreativo e desportivo, cuja manutenção ocorre exclusivamente por conta das contribuições sociais (mensalidades), patrocínios, cotas de televisão e renda de jogos. Conforme descrito nas notas explicativas Nos 5 e 15 o clube firmou contrato de televisionamento com aditivo no período de 2012 até 2018. Parte substancial da receita foi diferida para amortização ao longo do contrato. Dessa forma, o montante registrado no passivo não representa desembolso de caixa para o clube o que diminui o impacto da deficiência de capital de giro acumulada ao longo dos anos. A única conta prestação é representada por sua participação nos campeonatos para que realize tal receita de acordo com sua competência.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO – As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável para a mensuração de ativos ao valor justo. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, o Clube adota as práticas contábeis definidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1005/04, de 17 de setembro de 2004. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais o clube seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3. **2.2 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA** – As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas por aquisições e/ou vendas de atletas para o exterior. **2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários. **2.4 CONTAS A RECEBER** – As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de negociações de atletas, patrocínios, mensalidades

de associados, contratos de locação e contratos de televisão. Estão apresentados a valores de realização, sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de cambio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação esteja considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso. **2.5 ALMOXA-RIFADO** – Representa materiais de consumo registrados pelo valor de custo de aquisição. **2.6 DESPESAS ANTECIPADAS** – São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência. **2.7 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES** – Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a receber são apresentadas como ativo não circulante. **2.8 IMOBILIZADO** – O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os terrenos não são depreciados. Em função da relevância dos montantes apresentados, o clube utilizou em 1º de janeiro de 2010 a opção da adoção de custo atribuído aos seus terrenos e edificações. Para os demais itens do ativo imobilizado a administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função de manutenções e portanto não requerem a adoção do *deemed cost*. O laudo de avaliação em 21 de dezembro de 2010 apresentou o valor justo no montante de R\$326.425 mil determinando um aumento de R\$ 59.663 mil em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R\$ 266.762 mil. O valor baseado em avaliação por avaliadores independentes em 2010 foi aprovado pelo Conselho Diretor. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Edificações.....	51 a 95	51 a 95
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos.....	5	5
Equipamentos Processamento.....	5	5
Equipamento Diversos.....	10	10

2.9 INTANGÍVEL – Nessa rubrica foram registrados os custos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais e o custo de atletas em formação. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato e sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira (*impairment*) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recupera-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota		
	Explicativa	2012	2011
	19	144.029	77.382
RECEITA LÍQUIDA			
CUSTOS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
Profissional		(69.313)	(58.399)
Gastos com Pessoal.....		(32.760)	(35.121)
Serviços Profissionais.....		(5.067)	(4.164)
Gastos com Jogos e Bonificações.....		(4.985)	(3.223)
Direitos de Imagem e de Arena.....		(6.970)	(4.773)
Amortização Atletas Profissionais.....			
Contratados.....		(11.227)	(4.074)
Gastos Gerais.....		(8.304)	(7.044)
Amador		(7.022)	(5.804)
Gastos com Pessoal.....		(2.624)	(2.706)
Serviços Profissionais.....		(598)	(125)
Gastos Gerais.....		(3.800)	(2.973)
Total de Custos do Departamento de Esportes		(76.335)	(64.203)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		67.694	13.179
CLUBE SOCIAL			
Despesas Operacionais		(71.410)	(47.314)
Despesas com Pessoal.....		(6.885)	(5.431)
Despesas Gerais e Administrativas.....		(4.618)	(3.065)
Serviços Profissionais.....		(4.870)	(2.577)
Finanças Líquidas.....		(29.431)	(24.743)
Despesas com Depreciação e Amortização.....		(2.273)	(2.348)
Despesas com Provisões.....		(23.333)	(9.150)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(3.716)	(34.135)

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Expresso em milhares de Reais)

	2012	2011
		Reclas-sificado
Atividade Operacional		
Déficit do exercício.....	(3.716)	(34.135)
Ajustes para conciliação		
Depreciação.....	2.273	2.348
Amortização do Intangível.....	11.227	4.074
Baixa de Imobilizado.....	240	-
Despesas com provisão para contingências.....	19.144	9.150
Despesas Juros e atualizações.....	16.653	18.748
Receitas Apropriadas.....	(4.723)	-
Resultado operacional bruto.....	41.098	185
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber.....	(62.372)	(12.791)
Aumento (redução) em fornecedores.....	(113)	325
(Aumento) redução em estoques.....	538	(160)
Aumento (redução) em parcelamentos.....	2.332	26.025
Aumento (redução) em contas a pagar.....	17.051	4.751
Aumento (redução) em acordos.....	(2.425)	(19.693)
Aumeto (redução) em obrigações fiscais e sociais.....	25.844	(20.822)
(Aumento) redução em outros ativos.....	(7.948)	(799)
Aumento (redução) em outros passivos.....	457	12.325
Caixa Líquido das Atividades de Operacionais.....	14.462	(10.654)
Atividades de Investimento		
Direitos sobre atletas de futebol		
Recebimentos referente transferência de direitos.....	29.736	13.441
Pagamentos ref aquisição de direitos.....	(22.466)	(5.960)
Pagamentos referente formação de atletas.....	(4.996)	(4.270)
Patrimônio		
Aquisição de imobilizado.....	(2.275)	(1.736)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento.....	(1)	1.474
Atividades de Financiamento		
Aquisição de empréstimo.....	23.729	32.480
Amortização de empréstimos.....	(34.370)	(25.335)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento.....	(10.641)	7.145
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.820	(2.035)
Demonstração da redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício.....	805	2.840
No fim do exercício.....	4.625	805
Variação de caixa e equivalentes de caixa	3.820	(2.035)

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações financeiras.



O clube foi citado pela Fazenda Nacional (União Federal), pleiteando a penhora de crédito decorrente de dívidas fiscais referente a cobrança de impostos não inseridos no programa de parcelamento denominado “Timemania”.

Raquel B. Rocha de Sá
Contadora – CRC/RJ 071871/0-8



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e conselheiros

Fluminense Football Club

Examinamos as demonstrações financeiras do Fluminense Football Club que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** – Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2012, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** – O Clube apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 98.423 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 93.991 mil em 31 de dezembro de 2011), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa. **Outros assuntos** – O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas em 28 de fevereiro de 2012.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2013.



MAZARS

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP026467/O-7 S RJ

Carlos Aragaki
Sócio - CRC 1SP132091/O-1 S RJ

PARECER DESTE CONSELHO FISCAL

Com base nos relatórios analisados, com a assistência da Contadora do FFC, Raquel Barbosa da Rocha de Sá e, ainda, com o parecer de Mazars Auditores Independentes, o Conselho Fiscal apresenta a V.S.^a, integrando este relatório, seu Parecer sobre as contas apresentadas pelo Conselho Diretor, do exercício de 2012, que refletem a realidade econômico-financeira do F.F.C.. Pelos motivos expostos, este Conselho Fiscal opina pela aprovação das contas do exercício de 2012.

Atenciosamente,

José Melo da Silveira – Presidente do Conselho Fiscal
Dirceu Carmelo da Silva Rangel – Vice-Presidente
Pedro Eduardo Silva Abad – Secretário